



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO
GABRIEL DA CACHOEIRA-
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026
Processo Administrativo nº 0400/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Secretaria Municipal de Educação Escolar Indígena – SEMEDI por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-AM, realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento Menor Preço, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 24/06/2026

Hora Inicial: 10:00 (Horário de Brasília)

Modo de disputa: Aberto

1. DO OBJETO

- 1.1. É a eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI, do Município de São Gabriel da Cachoeira conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO REGIONALIZADO

2.1 A adoção do Pregão Eletrônico Regionalizado para eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM justifica-se pelas condições geográficas, logísticas e operacionais próprias da região, especialmente em razão da localização do município no interior do Estado do Amazonas, cuja malha de transporte depende, em grande parte, da navegação fluvial, sujeita a variações sazonais de cheia e vazante dos rios, períodos de seca severa, redução da navegabilidade, aumento do tempo de deslocamento e elevação significativa dos custos de transporte.

2.2 No caso específico da merenda escolar, a logística não se encerra com a chegada dos produtos à sede do Município. Após o ingresso dos gêneros alimentícios em São Gabriel da Cachoeira, ainda há necessidade de distribuição para escolas localizadas em comunidades rurais, ribeirinhas, indígenas e de difícil acesso, muitas vezes dependentes de transporte fluvial complementar, pequenas embarcações, rotas longas e condições climáticas variáveis. Essa realidade torna a execução contratual mais complexa do que em municípios com acesso rodoviário regular, exigindo fornecedores com maior capacidade de resposta regional, conhecimento da realidade local, disponibilidade de entrega compatível com o calendário escolar e estrutura mínima para atender às peculiaridades da região.

2.3 A regionalização da licitação não tem por finalidade restringir indevidamente a competitividade, privilegiar fornecedor específico ou afastar empresas de outras localidades. Ao contrário, busca adequar a contratação à realidade concreta do objeto, garantindo maior eficiência na execução contratual, segurança no abastecimento, redução do risco de atrasos, preservação da qualidade dos alimentos e continuidade da alimentação escolar, serviço público essencial diretamente vinculado ao direito fundamental à educação e à segurança alimentar dos alunos da rede municipal.

2.4 A contratação de fornecedores sem capacidade efetiva de atendimento regional pode ocasionar atrasos recorrentes, entregas parciais, perda de produtos perecíveis, desabastecimento das unidades escolares, prejuízo à execução do cardápio nutricional e risco de interrupção da merenda escolar, especialmente nos períodos de seca dos rios, quando o transporte fluvial se torna mais demorado, limitado e oneroso. Assim, a adoção de critério regionalizado mostra-se medida razoável, proporcional e compatível com o interesse público, pois considera não apenas o menor preço formalmente ofertado, mas também a viabilidade real de fornecimento dentro dos prazos e condições exigidos pela Administração.

2.5 A medida encontra fundamento na busca da proposta mais vantajosa para a Administração, na eficiência da contratação pública, no planejamento adequado da despesa, na economicidade, na segurança da execução contratual e na promoção do desenvolvimento regional sustentável, princípios compatíveis com a Lei nº 14.133/2021. A Lei Complementar nº 123/2006 também admite tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte com vistas ao desenvolvimento econômico e social local e regional, à ampliação da eficiência das políticas públicas e ao incentivo à inovação, desde que devidamente justificado nos autos do processo.

2.6 Registra-se que a regionalização deverá ser aplicada de forma motivada, objetiva e proporcional, com definição clara da abrangência territorial no edital, sempre vinculada às necessidades logísticas do fornecimento da merenda escolar. A justificativa não se baseia em mera preferência por empresas locais, mas na necessidade concreta de assegurar entrega tempestiva, regular e eficiente dos gêneros alimentícios em município de difícil acesso, com peculiaridades fluviais e territoriais reconhecidamente relevantes. Tribunais de contas têm alertado que restrições geográficas genéricas podem ser questionadas, razão pela qual a Administração deve demonstrar, de forma específica, a relação entre a limitação territorial e a adequada execução do objeto.

2.7 Dessa forma, a adoção do Pregão Eletrônico Regionalizado revela-se tecnicamente necessária e juridicamente justificável, pois visa prevenir falhas de abastecimento, garantir a continuidade da merenda escolar, reduzir riscos logísticos, melhorar a fiscalização contratual, ampliar a eficiência da política pública de alimentação escolar e assegurar que a contratação seja compatível com a realidade geográfica, fluvial e operacional do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM.

2.8 A regionalização ora adotada não configura restrição indevida à competitividade, mas critério de adequação técnica e operacional da contratação, fundamentado nas peculiaridades logísticas do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM. A Administração não busca limitar o certame por mera localização da sede da empresa, mas assegurar que a futura contratada possua condições reais de cumprir os prazos de entrega, manter regularidade no abastecimento e atender às escolas situadas em áreas urbanas, rurais, ribeirinhas e indígenas, inclusive em períodos de cheia, vazante ou seca dos rios. Eventuais empresas de outras localidades poderão participar, desde que comprovem possuir estrutura, representação,

logística ou planejamento operacional compatível com as exigências de entrega previstas no edital e no Termo de Referência.

3. A contratada é integralmente responsável pelo frete, seguros e integridade do bem até o recebimento definitivo no destino final, A entrega de Bens/Materiais em São Gabriel da Cachoeira (AM) é considerada uma das operações mais complexas do Brasil devido ao isolamento geográfico e à dependência total do modal fluvial via Rio Negro.
4. Multimodalidade: O transporte contempla o trecho rodoviário (origem até Manaus) e o trecho fluvial obrigatório (Manaus até São Gabriel da Cachoeira).
5. Período de Seca: Durante a vazante dos rios, a navegação torna-se extremamente perigosa ou impossível para embarcações de grande calado devido ao surgimento de pedrais e bancos de areia. Balsas podem ficar encalhadas por semanas, interrompendo o fluxo de bens.
6. Obstáculos no Alto Rio Negro: O trecho próximo à cidade possui formações rochosas subaquáticas e fortes correntezas que exigem comandantes experientes para evitar naufrágios e danos às cargas.
7. Sazonalidade: O cronograma de entrega deve considerar o regime das águas (cheia/seca), que afeta o tempo de navegação e a capacidade de carga das balsas.
8. A Estrada de Camanaús (Rodovia Camanaús) O trecho final do rio possui pedras e corredeiras que impedem o acesso fluvial permanente à sede da cidade, exigindo que toda carga, seja desembarcada em Porto de Camanaús, Após o desembarque, os os gêneros alimentícios deverão ser transportados por via terrestre cerca de 22 km via estrada até a Cidade de São Gabriel da Cachoeira.
9. A responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto ajustado.

10. LOGÍSTICA OPERACIONAL E EXEQUIBILIDADE REAL

O licitante deverá comprovar, no momento da habilitação, que possui estrutura e capacidade logística apta ao atendimento da região, podendo ser por meio de:

- I – sede, filial ou representação na região Norte;
- II – contrato com operador logístico regional;
- III – declaração de disponibilidade de transporte adequado (Via fluvial).

10.1 JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA EXIGÊNCIA DE LOGÍSTICA OPERACIONAL E ADOÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO REGIONALIZADO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento da merenda escolar da rede municipal de ensino de São Gabriel da Cachoeira/AM, incluindo unidades escolares localizadas na sede do Município.

A adoção do **Pregão Eletrônico Regionalizado**, bem como a previsão de exigências relacionadas à logística operacional de entrega, justifica-se em razão das peculiaridades geográficas, climáticas e logísticas do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, situado no interior do Estado do Amazonas, onde o deslocamento de mercadorias

depende, em grande parte, da malha fluvial, sujeita a períodos de cheia, vazante e seca dos rios.

Nessas condições, o simples envio dos produtos até a sede municipal não garante, por si só, o atendimento integral da necessidade pública. Após a chegada dos gêneros alimentícios ao Município, ainda há necessidade de distribuição interna para escolas situadas em localidades de acesso complexo, muitas vezes dependentes de transporte fluvial complementar, embarcações menores, planejamento de rotas, armazenamento adequado e cumprimento rigoroso do calendário escolar, se for o caso.

A merenda escolar constitui serviço público essencial, diretamente relacionado à permanência dos alunos na escola, à segurança alimentar e nutricional e à continuidade das atividades educacionais. Por essa razão, a contratação não pode considerar apenas o menor preço nominal ofertado, devendo também observar a efetiva capacidade de execução do fornecimento, especialmente quanto à entrega tempestiva, regularidade do abastecimento, conservação dos alimentos e atendimento das escolas localizadas em áreas remotas.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações públicas devem observar, entre outros, os princípios do planejamento, da eficiência, do interesse público, da economicidade, da competitividade, da proporcionalidade e da seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração. Assim, é dever da Administração planejar a contratação de forma compatível com a realidade local e com os riscos capazes de comprometer a execução do objeto.

No presente caso, a ausência de exigência mínima de logística operacional pode ocasionar atrasos na entrega, desabastecimento de escolas, perda de produtos perecíveis, aumento de custos indiretos para a Administração, descumprimento do cardápio escolar e prejuízo direto aos alunos da rede municipal de ensino. Tais riscos são agravados nos períodos de seca ou vazante dos rios, quando o transporte fluvial se torna mais demorado, restrito e oneroso.

Dessa forma, a exigência de apresentação de Plano de Logística Operacional de Entrega revela-se medida necessária, razoável e proporcional, pois tem por finalidade verificar se a futura contratada possui condições reais de executar o objeto nas condições exigidas pelo Município. Essa exigência não se confunde com restrição indevida à competitividade, nem impede a participação de fornecedores de outras localidades.

A exigência deverá ser compreendida como obrigação vinculada à execução contratual, destinada a demonstrar a viabilidade do fornecimento, podendo ser atendida por meio de frota própria ou terceirizada, contratos de transporte, parcerias logísticas, pontos de apoio, equipe operacional, cronograma de entrega, estrutura de armazenamento, planejamento de rotas ou outros meios idôneos capazes de comprovar a capacidade de atendimento ao Município e às comunidades indicadas no Termo de Referência.

A regionalização do certame, por sua vez, mostra-se compatível com a realidade da contratação, desde que aplicada de forma objetiva, motivada e proporcional, com definição clara da abrangência territorial e demonstração da relação direta entre a delimitação regional e a necessidade de garantir a execução eficiente do objeto. A restrição geográfica genérica tende a ser questionada pelos órgãos de controle; por isso, a motivação deve estar vinculada às particularidades logísticas do objeto, especialmente quando houver risco concreto de prejuízo à execução contratual.

Além disso, a Lei Complementar nº 123/2006 admite tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, à ampliação da eficiência das políticas públicas e ao incentivo ao desenvolvimento local e regional, desde que a medida seja devidamente justificada e não represente direcionamento indevido do certame.

Portanto, a exigência de logística operacional e a adoção do Pregão Eletrônico Regionalizado não têm por objetivo restringir a ampla competitividade, favorecer fornecedor determinado ou limitar a participação de empresas de outras localidades. O objetivo é assegurar que a contratação seja exequível, eficiente e compatível com a

realidade geográfica, fluvial e operacional de São Gabriel da Cachoeira/AM, garantindo o abastecimento regular da merenda escolar, a preservação da qualidade dos alimentos e a continuidade do serviço público educacional.

Assim, considera-se tecnicamente justificada a adoção de exigências relacionadas à logística operacional de entrega, bem como a regionalização do certame, como medidas de planejamento, prevenção de riscos, eficiência administrativa e proteção do interesse público, especialmente diante da essencialidade da alimentação escolar e das dificuldades reais de transporte e distribuição no interior do Amazonas.

10.2 Da Logística Operacional de Entrega

A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo definido pela Administração, **Plano de Logística Operacional de Entrega**, compatível com as condições geográficas, fluviais e operacionais do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, contemplando, no mínimo, o cronograma de entrega, os meios de transporte a serem utilizados, a forma de armazenamento e conservação dos produtos, a estratégia de distribuição para a sede municipal, bem como as medidas de contingência para períodos de cheia, vazante ou seca dos rios.

A apresentação do Plano de Logística Operacional não tem por finalidade restringir a participação de empresas sediadas fora do Município, sendo admitida a comprovação da capacidade de atendimento por meio de frota própria, frota terceirizada, contratos de transporte, parcerias logísticas, pontos de apoio, representantes, estrutura temporária ou outros meios equivalentes que demonstrem a viabilidade da execução do objeto.

A exigência justifica-se pela necessidade de garantir o abastecimento regular da merenda escolar, a entrega tempestiva dos gêneros alimentícios, a preservação da qualidade dos produtos e a continuidade do atendimento às unidades escolares localizadas em áreas urbanas, rurais, ribeirinhas, indígenas e de difícil acesso.

O descumprimento injustificado dos prazos de entrega, a ausência de condições logísticas mínimas, a entrega parcial sem autorização da Administração ou a incapacidade de atendimento às localidades previstas no Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das sanções contratuais cabíveis, sem prejuízo da adoção de medidas necessárias para resguardar a continuidade da alimentação escolar.

10.3 A presente exigência não constitui limitação geográfica indevida, exigência de sede local ou direcionamento do certame. Trata-se de condição objetiva relacionada à adequada execução do objeto, considerando as peculiaridades logísticas do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, especialmente a dependência do transporte fluvial, a variação sazonal dos rios, as dificuldades de acesso às comunidades escolares e a essencialidade da merenda escolar.

Será admitida a participação de empresas de qualquer localidade, desde que demonstrem possuir condições logísticas próprias, contratadas ou equivalentes para cumprir os prazos, rotas e condições de entrega estabelecidos no edital e no Termo de Referência. A Administração busca, com a medida, assegurar a seleção de proposta efetivamente vantajosa, exequível e apta a atender ao interesse público, evitando contratações formalmente mais baratas, porém incapazes de garantir o abastecimento regular da rede municipal de ensino.

11. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

11.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

11.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

11.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

11.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.6. Não haverá itens de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo da aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

11.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

11.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

11.9. Não poderão disputar esta licitação:

11.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

11.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

11.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

11.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

11.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

11.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

11.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

11.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

11.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

11.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

11.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.10. O impedimento de que trata o item 3.9.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

11.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4. e 3.9.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

11.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

11.13. O disposto nos itens 3.9.4. e 3.9.5. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

11.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

11.15. A vedação de que trata o item 3.9.11. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, sucederá as fases de lances, apresentação de propostas e habilitação.

12.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.3.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

12.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

12.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.5.O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

12.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.6.1.no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

12.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

12.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

12.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

12.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida

lei;

12.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

12.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

12.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

12.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

12.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

12.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

12.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

12.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

12.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

12.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

12.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

12.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

12.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

12.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

12.13. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

12.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

12.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas

pela Administração ou de sua desconexão.

12.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

13.1.1. Valor unitário do item expresso em Real (R\$)

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação, conforme definido no Termo de Referência.;

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, apresentação de forma detalhada.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Os preços propostos deverão considerar a carga tributária aplicável, conforme regime fiscal da empresa, sendo de responsabilidade do licitante a correta formação de seu preço.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

13.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

13.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.10. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência, que observará os parâmetros de mercado e a legislação aplicável.

13.11. Declaração de que dispõe de condições adequadas de armazenamento e entrega dos produtos, garantindo a integridade, conservação e qualidade dos gêneros alimentícios até sua destinação final.

13.12. O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta de preços, catálogo, folder, ficha técnica, prospecto ou documento equivalente, preferencialmente emitido pelo fabricante, contendo as especificações técnicas do material ofertado, bem como informações sobre a forma adequada de armazenamento, conservação e manuseio dos itens, quando aplicável, de forma clara, legível e suficiente para permitir a análise da compatibilidade entre o produto proposto e as exigências estabelecidas no Termo de Referência.

13.13. O descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste item treze

implicará na desclassificação da proposta.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

14.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

14.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

14.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

14.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

14.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

14.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

14.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

14.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

14.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

14.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

14.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

14.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

14.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

14.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

14.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

14.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

14.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos [§§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#). O

sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

14.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

14.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

14.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.19.4. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo

sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

14.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

14.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

14.20.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

14.20.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

14.20.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

14.20.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.20.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

14.20.2.2 empresas brasileiras;

14.20.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.20.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

14.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

14.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

14.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo

após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

14.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

14.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

15.1.1. SICAF;

15.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

15.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992.](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

15.2.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

15.2.4. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

15.2.5. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

15.3.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos

para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

15.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

15.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.5.1. conter vícios insanáveis;

15.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

15.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

15.5.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

15.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

15.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.7. Em contratação de serviços de engenharia, quando aplicável, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

15.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

15.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

15.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

15.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

15.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

15.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

15.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com

indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico- financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

15.10.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

15.10.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

15.10.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

15.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

15.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

15.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

15.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

15.13. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

15.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

15.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

15.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

15.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

16.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

16.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

16.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

16.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

16.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

16.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

16.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

16.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

16.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

16.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

16.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo

identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

16.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

16.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

16.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

16.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

16.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

16.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

16.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

16.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

16.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

16.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

16.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015)

17. HABILITAÇÃO TÉCNICA- Será exigida a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprove(m) o fornecimento de gêneros alimentícios, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto licitado, admitidos documentos que demonstrem fornecimento anterior de alimentos perecíveis e/ou não perecíveis para órgãos públicos ou privados.

18. DO TERMO DE CONTRATO

18.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

18.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

18.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

18.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

18.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

18.5. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

18.7. A Administração poderá consultar o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados (CADIN), para fins de avaliação de risco contratual, não constituindo, por si só, impedimento automático à contratação.

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

19.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

19.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

19.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

19.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

19.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

19.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

19.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

19.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

19.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

19.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

19.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20. DOS RECURSOS

20.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

20.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

20.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

20.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

20.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

20.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

20.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

20.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

20.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 20.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 20.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 20.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico licitanet.com.br

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

21.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

21.1.5. fraudar a licitação;

21.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.7. apresentar amostra falsificada ou deteriorada; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

21.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar e

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 10% a 15% do valor do contrato lícitado.

21.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 25% a 30% do valor do contrato lícitado.

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

21.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

21.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

22.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitacoes.sgc@gmail.com

22.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

22.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Condições de Entrega do Bem

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10. A eventual existência de erro material, falha de referência, numeração ou remissão incorreta no edital não exime o licitante da responsabilidade de realizar a leitura e verificação integral do



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

instrumento convocatório e seus anexos, devendo solicitar esclarecimentos ou apresentar impugnação no prazo legal, não sendo admitida alegação posterior de desconhecimento ou interpretação parcial das regras editalícias.

23.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico pncp.gov.br

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência.

23.12.2. ANEXO II - Minuta de contrato.

23.12.3. ANEXO III- Modelo De Declaração De Logística Operacional E Exequibilidade

23.12.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração de Armazenamento Adequado

São Gabriel da Cachoeira, 12 de junho de 2026.

EGMAR VELASQUES SALDANHA
Prefeito Municipal de São Gabriel da Cachoeira-AM



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI do Município de São Gabriel da Cachoeira – AM, com o objetivo de garantir o fornecimento regular de alimentação escolar aos alunos matriculados na rede pública municipal de ensino, assegurando a oferta de refeições adequadas, nutritivas e em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme condições, quantitativos e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.2. Os quantitativos foram obtidos levando-se em consideração a apuração realizada pela Unidade Administrativa solicitante por um período de 12 (doze) meses:

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE PARA 12 MESES
1	Açúcar; Cristal, embalado em saco plástico transparente de 1000 g, contendo prazo de validade, inspecionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sem alterações de cor, aroma e sabor característico, próprio para o consumo humano. Sem a presença de corpos estranhos e insetos. Validade mínimo de 12 (doze), a contar da data de entrega.	KG	30000
2	Alho In natura, embalado em caixa de madeira, contendo prazo de validade, sem partes estragadas ou mofadas, inspecionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	KG	800
3	Arroz Tipo 1 longo fino, com rendimento de 100 %. Embalado em saco plástico transparente de 1000g. Contendo prazo de validade, inspecionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sem alterações de cor, aroma e sabor característico, próprio para o consumo humano. Validade mínimo de 12 (doze), a contar da data de entrega.	KG	50000



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

4	Aveia Em flocos finos, contendo 165gramas, acondicionado em embalagens de polietileno atóxico (pacotes), ou caixas de papel com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas, material estranho e umidade. Validade mínimo de 12 (doze), a contar da data de entrega. O produto, embalagem, rotulagem e informação nutricional, e de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.	UND	15000
5	Batata inglesa In natura, de primeira qualidade, escovada ou lavada, sem alterações físicas, tais como brotos, mofo e partes machucadas, e em conformidade com a legislação em vigor.	KG	2000
6	Biscoito doce tipo maisena, dupla embalagem, prazo de validade de 12 meses estampado na embalagem. Apresentação em unidade de 350g, caixa com 10 unidades.	PCT 400g	7000
7	Biscoito salgado Tipo creme cracker, embalado em saco plástico transparente de 350 g, com dupla embalagem, com caixa com 10 unidades, contendo prazo de validade, inspecionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sem alterações de cor, aroma e sabor característico, próprio para o consumo humano.	PCT 400g	1000
8	Cacau 100% Deve conter cacau em pó solúvel 100% cacau, não pode ser adicionado de amido e féculas estranhas, deve ser obtido de matéria-prima e limpa, isenta de matérias terrosas, de parasitas, detritos animais, cascas de sementes de cacau e outros detritos vegetais. O produto deve apresentar aspecto de pó Homogêneo, cor própria do tipo, cheiro característico. O produto e suas condições devem estar de acordo com NTA 40 (normas técnicas para chocolate - decreto 12.486 de 20-10-78). 200gr.	UND	1000
9	Café Tipo torrado, moído, embalagem a vácuo, livre parasitas, fungos e sujidades, com identificação dos ingredientes, valor nutricional do produto, data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses estampada na embalagem. Apresentação em 250g.	Pacote com 250g	3000



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

10	Carne Bovina Tipo patinho, carne de 1ª categoria - no corte patinho. Carne bovina, congelada, e no máximo 10% de gordura, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalada a vácuo em saco plástico transparente, atóxico, pesando entre 1 a 5kgs (conforme necessidade do setor), No rótulo da embalagem deverão estar impressos de forma clara as seguintes informações: 1) Declarar marca; 2) Constando obrigatoriamente registro no SIF/DIPOA; 3) Identificação completa do produto 4) Data de fabricação, prazo de validade e prazo máximo para consumo; 5) Temperatura de estocagem, armazenamento e conservação; 6) Peso líquido; 7) Condições de armazenamento. Validade mínima de 12 meses.	KG	15000
11	Carne bovina Tipo musculo, peça inteira, congelada, máximo 10% de gordura, aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalado em saco transparente e a vácuo, atóxico, contendo a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem, valor nutricional, validade mínima de 6 meses.	KG	6000
12	Carne Enlatada Bovina Almôndega enlatada, embalagem com 420 gramas, contendo prazo de validade inspecionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sem alterações de cor e sabor característico próprio para o consumo humano. As latas devem ser entregues sem apresentar furos, ferrugem, ou amassados, ou qualquer dano que comprometa a qualidade do produto.	Lata de 420g	12000
13	Cebola In natura com casca higienizada, pronto para consumo, sem pontos estragados e amassados, livre de parasitas e fungos. Apresentação em kg	KG	5000
14	Cenoura In natura com casca higienizada, pronto para consumo, sem pontos estragados e amassados, livre de parasitas e fungos. Apresentação em kg.	KG	2000



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

15	Charque Bovino Dianteiro Sadio, devendo apresentar coloração vermelho-vivo, odor característico. Isento de: coloração arroxeada, acinzentada e esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, a vácuo, transparente e resistente, peso líquido de 400g, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de 06 meses.	Pacotes de 400 g	13000
16	Colorau Colorífico, semolina de milho, sal e extrato oleoso de urucum, acondicionado em embalagem plástica transparente, contendo peso líquido, com identificação dos ingredientes, valor nutricional do produto. Validade mínima de 12 meses, apresentação em unidade de 100g	UND	4000
17	Creme de leite Produto lácteo retirada do leite por procedimentos tecnologicamente adequados, que apresenta a forma de uma emulsão de gordura em água. Não é permitida a adição de nenhum aditivo ou coadjuvantes para o creme pasteurizado. Data de validade superior a 12 meses a partir da data de entrega. 200g	UND	3000
18	Extrato de tomate Tipo concentrado, produto resultante da concentração de polpa de tomate por processo tecnológico preparado com frutos maduros selecionados, sem pele, sem sementes e corantes artificiais, isento de sujidade e fermentação, livre de glutamato monossódico. Validade mínima de 12 meses. Apresentação em unidade de 190g.	Unidade com 190 g	3000
19	Feijão Carioca Tipo 1, embalagem íntegra, sem presença de umidade, parasitas e larvas, acondicionado em embalagem plástica transparente, com identificação dos ingredientes, valor nutricional, contendo data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses estampada na embalagem. Apresentação em kg.	KG	12000



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

20	Feijão preto Tipo 1, embalagem íntegra, sem presença de umidade, parasitas e larvas, acondicionado em embalagem plástica transparente, contendo 1 kg de peso líquido, com identificação dos ingredientes, valor nutricional do produto, contendo data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses estampada na embalagem. Apresentação em kg.	KG	6000
21	Flocão de milho Pré-cozido, ausência de umidade, fermentação e ranço, sujidades, parasitas e larvas, embalado em saco plástico transparente e atóxico, em conformidade com a legislação vigente, como a RDC 263 de 22/09/05, Anvisa e RDC 150 de 13/04/17. Com informações nutricionais data de vencimento mínimo de 12 meses, estampada na embalagem. Apresentação em embalagem de 500g.	UND	8000
22	Frango inteiro Tipo congelado de primeira qualidade. Acondicionado em embalagem original de fábrica. Não temperado, congelado, proveniente de aves saudáveis, abatidas sob inspeção veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Com informações nutricionais data de vencimento mínimo de 12 meses, estampada na embalagem. Apresentação em kg.	KG	20000
23	Frango, peito sem osso Limpo, magro, não temperado, congelado, proveniente de aves saudáveis, abatidas sob inspeção veterinária, apresentando cor e odor característicos. Isento de: vestígio de descongelamento, cor esverdeada, odor forte e desagradável, parasitas, sujidades, larvas e qualquer substância contaminante. Acondicionado em embalagem de polietileno atóxica, resistente, contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem, tabela nutricional. Validade mínima de 12 meses. Apresentação em kg.	KG	10000



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

24	Leite em Pó sem lactose Embalagem íntegra, sem presença de umidade, parasitas e larvas, acondicionado em embalagem plástica, com identificação dos ingredientes, valor nutricional, contendo data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses estampada na embalagem. Apresentação em unidade de 300g.	UND	150
25	Leite integral em pó Embalagem íntegra, sem presença de umidade, parasitas e larvas, acondicionado em embalagem plástica, com identificação dos ingredientes, valor nutricional, contendo data de fabricação e prazo de validade mínima de 12 meses estampada na embalagem. Apresentação em unidade de 400g.	UND	15000
26	Maça In natura com casca higienizada, pronto para consumo, sem pontos estragados e amassados, livre de parasitas e fungos. Apresentação em kg	KG	4460
27	Macarrão espaguete Sem ovos, enriquecido com ferro e ácido fólico, pacote transparente de polietileno atóxico. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes e valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 meses estampada na embalagem. Apresentação em unidade de 400g.	UND	20000
28	Macarrão tipo parafuso Sem ovos, enriquecido com ferro e ácido fólico, pacote transparente de polietileno atóxico. Com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes e valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 meses estampada na embalagem. Apresentação em unidade de 500g.	UND	8000
29	Manteiga com sal De primeira qualidade, pasteurizada a partir do leite de vaca, consistência sólida, pastosa a temperatura de 20°C, textura lisa e uniforme, livre de gordura trans, validade mínima de 12 meses. Apresentação em unidade de 500g.	UND	1500
30	Óleo de soja Envasado em garrafa pet, íntegra, prazo de validade estampado na embalagem. Apresentação em unidade de 900ml.	UND	8000



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

31	Ovo branco De galinha, fresco, limpo, pesando aproximadamente 60g, acomodados em embalagem de papelão com 30 unidades, acondicionadas em caixas lacradas limpas e secas que garantam integridade do produto até o momento do consumo. Validade estampada no produto. Apresentação em unidade.	UND	12000
32	Pão Tipo massa fina, produzido com farinha de trigo enriquecida, fermento, sal, açúcar. Textura macia, cor dourada, sabor suave, isento de mofo e odores estranhos. Embalado em saco plástico higiênico e lacrado. Peso unitário: 50g. Validade mínima de 5 dias. Deve atender às normas da anvisa (rdc nº 263/2005).	UND	78870
33	Polpa de fruta Natural, sabor Cupuaçu, embalagem com identificação do produto contendo polpa da fruta e água, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Apresentação em kg.	KG	5000
34	Polpa de fruta Natural, sabor tapereba, embalagem com identificação do produto contendo polpa da fruta e água, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Apresentação em kg.	KG	5000
35	Polpa de fruta Natural, sabor Goiaba, embalagem com identificação do produto contendo polpa da fruta e água, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Apresentação em kg.	KG	5000
36	Repolho In natura higienizada, pronto para consumo, sem pontos estragados e amassados, livre de parasitas e fungos. Apresentação em kg.	KG	1500
37	Sal iodado Tipo refinado, embalagem íntegra, sem presença de umidade, parasitas e larvas, acondicionado em embalagem plástica transparente, contendo tabela nutricional, data de validade estampada na embalagem. Apresentação em kg.	KG	6000



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

38	Sardinha em conserva Acondicionada, lata com 125g, variação aceitável de 20%, conforme PMAS nº 63, de 13/11/2002 do Ministério da Agricultura, identificação dos ingredientes e valor nutricional, peso, data de fabricação e validade mínima de 12 meses estampado na embalagem. Apresentação em unidade de 125g.	UND	55000
39	Suco de fruta concentrado Sabor Caju, envasado em garrafa pet, resistente e transparente, identificação dos ingredientes e valor nutricional, peso, data de fabricação e validade mínima de 12 meses estampado na embalagem. Apresentação em unidade de 500ml.	UND	13500
40	Suco de fruta concentrado Sabor Goiaba, envasado em garrafa pet, resistente e transparente, identificação dos ingredientes e valor nutricional, peso, data de fabricação e validade mínima de 12 meses estampado na embalagem. Apresentação em unidade de 500ml.	UND	13500
41	Tomate In natura com casca higienizada, pronto para consumo, sem pontos estragados e amassados, livre de parasitas e fungos. Apresentação em kg	KG	2000
42	Polpa de fruta Natural, sabor manga, embalagem com identificação do produto contendo polpa da fruta e água, marca do fabricante, prazo de validade, de acordo com a Resolução 12/78 da CNNPA. O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde. Apresentação em kg.	kg	5000
43	Vinagre De álcool, fermentado acético de álcool, acidez 4% a rotulagem deve conter as seguintes informações: nome, marca, ingredientes, lote, validade, informações nutricionais, com registro no Ministério da Agricultura. Validade mínima de 12 meses estampada na embalagem. Apresentação em unidade de 500ml.	UND	5000

1.3 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado atualizada, justificativa formal da Administração e anuência do fornecedor, observadas as demais exigências legais aplicáveis.

1.4 A forma de contratação pretendida será através de LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA REGIONALIZADO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, utilizando procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preço – SRP, do tipo MENOR PREÇO, que regulamenta os artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que se refere ao



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços e demais normas regulamentares estabelecidas no edital e seus anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. 1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.2 A descrição da necessidade e quantidade estimada no processo, em razão de consumo, foram elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI, a qual detém conhecimento e informações pertinentes para a correta instrução processual na fase de PLANEJAMENTO. Neste sentido, foi juntado a Minuta do Termo de Referência elaborada pelo setor competente, devidamente aprovada pelo Ordenador de Despesas.

2.1.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

2.2 JUSTIFICATIVA PREGÃO REGIONALIZADO

A adoção do Pregão Eletrônico Regionalizado para eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, justifica-se pela necessidade de assegurar o abastecimento contínuo, regular, eficiente e adequado das unidades escolares da rede municipal de ensino, incluindo escolas localizadas em comunidades indígenas, rurais, ribeirinhas e de difícil acesso.

A presente medida encontra amparo nos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como no Decreto Municipal nº 019/2024, considerando as particularidades geográficas e logísticas do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, notadamente as grandes distâncias entre a sede municipal e as comunidades atendidas, os elevados custos de transporte, a limitação de vias de acesso, a sazonalidade dos deslocamentos fluviais e a necessidade de entrega tempestiva dos gêneros alimentícios, a fim de garantir a continuidade da alimentação escolar.

A regionalização da contratação mostra-se medida compatível com o interesse público, pois possibilita maior celeridade no fornecimento, redução de atrasos, melhor controle da execução contratual, maior eficiência na distribuição dos produtos e atendimento mais adequado às demandas da rede pública municipal de ensino. Além disso, contribui diretamente para a regularidade do Programa de Alimentação Escolar, preservando a segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

Ressalta-se, ainda, que a adoção do pregão regionalizado favorece o fortalecimento da economia local e regional, incentiva a participação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na região, estimula a geração de emprego e renda e promove o desenvolvimento econômico sustentável do município e de seu entorno, sem prejuízo da observância aos princípios da isonomia, competitividade, seleção da proposta mais vantajosa, eficiência, planejamento e interesse público.

Dessa forma, diante das peculiaridades logísticas, sociais, econômicas e territoriais do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, especialmente em razão da necessidade de atendimento regular às escolas indígenas e de difícil acesso, mostra-se devidamente justificada a adoção do Pregão Eletrônico Regionalizado para a contratação pretendida.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A solução escolhida consiste na realização de procedimento licitatório para eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, por meio



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

de Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado durante o período de 12 (doze) meses.

- 3.2 Os produtos serão entregues conforme cronograma elaborado pela SEMEDI, atendendo as unidades escolares urbanas, rurais e indígenas do município.
- 3.3 A contratação contemplará gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, observando critérios de qualidade, segurança alimentar e adequação nutricional.
- 3.4 Sua finalidade principal é maximizar o princípio da economicidade, permitindo à Administração Pública celebrar o contrato administrativo na exata medida e no momento de sua necessidade.
- 3.5 A solução de Sistema de Registro de Preços – SRP é altamente viável, pois otimiza seus processos de aquisição e garante uma maior transparência e controle sobre seus gastos.
- 3.6 Outro ponto importante a ser considerado é a não obrigatoriedade de contratação na sua totalidade, e a Administração Pública poderá efetivar a contratação somente quando necessário. Logo, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços– SRP, para aquisição dos materiais e serviços ora pretendidos, Conveniência de aquisições com previsão de entregas parceladas (podendo ou não, inicialmente, ser predeterminada a época de cada fornecimento), seja pela indisponibilidade de espaço para estoque dos produtos, seja para evitar o seu perecimento, ou ainda para facilitar a logística de suprimentos (armazenamento, movimentação, transporte, controle) empregada pelo órgão.
- 3.7 Portanto, a implantação do Sistema de Registro de Preços – SRP mostra-se medida adequada e vantajosa para a eventual aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar, permitindo à Administração Pública realizar contratações conforme a necessidade efetiva de consumo das unidades escolares da rede municipal de ensino de São Gabriel da Cachoeira/AM.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 Os gêneros alimentícios a serem adquiridos deverão atender às especificações técnicas e sanitárias exigidas pela legislação vigente, especialmente:

- 4.1.1 Lei Federal nº 14.133/2021;
- 4.1.2 Lei Federal nº 11.947/2009;
- 4.1.3 Resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- 4.1.4 Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- 4.1.5 Normas do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, quando aplicáveis.

deverão:

- 4.2.1 apresentar padrões adequados de qualidade, conservação e validade;
 - 4.2.2 possuir embalagens íntegras e apropriadas ao transporte;
 - 4.2.3 conter identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade; atender às exigências nutricionais previstas para alimentação escolar;
 - 4.2.4 ser entregues conforme cronograma definido pela SEMEDI;
 - 4.2.5 observar as especificidades alimentares das comunidades indígenas atendidas.
- 4.3 A contratação terá vigência estimada de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos legais, quando cabível.
 - 4.4 Todos os gêneros alimentícios não perecíveis adquiridos deverão possuir validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.
 - 4.1. Caso os gêneros alimentícios entregues não atendam ao prazo de validade exigido, deverão ser acompanhados de uma carta de troca, garantindo a substituição dos itens fora das especificações.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

- 4.2. **Habilitação Jurídica e Fiscal:** Apresentação de certidões negativas de débito e regularidade fiscal, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021 e normativas correlatas; Documentação comprobatória da regularidade junto aos órgãos de controle e fiscalização.
- 4.3. **Capacidade Técnica e Comprovação de Qualificação:** Comprovação de experiência na comercialização e fornecimento de medicamentos, mediante atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos ou privados; Demonstração de estrutura logística e operacional para garantir o fornecimento conforme os padrões de qualidade exigidos.
- 4.4. **Especificações Técnicas e Normativas:** Adequação dos produtos às normas de qualidade e segurança definidas pelos órgãos de regulação sanitária; Atendimento aos requisitos técnicos mínimos, conforme especificações constantes no anexo deste TR.
- 4.5. **Previsão de rescisão contratual** em caso de inadimplemento ou descumprimento das condições estabelecidas.
- 4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. O fornecimento dos gêneros alimentícios destinados à composição da merenda escolar ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena – SEMEDI, mediante solicitação formal por meio de requisição acompanhada da respectiva Nota de Empenho, devendo a contratada realizar a entrega no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias corridos, contados a partir da confirmação do recebimento da Nota de Empenho:
 - 5.1.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no Departamento Logístico da SEMEDI (DEPÓSITO), situado na Avenida Pau Brasil, nº 52, Bairro Areal, CEP 69.750-450, no Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, observando-se o horário de funcionamento de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00.
 - 5.1.2 No ato da entrega, os produtos estarão sujeitos ao controle de qualidade de primeira ordem (controle macroscópico), ocasião em que serão verificados, entre outros aspectos:
 - 5.1.2.1 identificação do produto e do lote;
 - 5.1.2.2 prazo de validade;
 - 5.1.2.3 integridade e condições das embalagens;
 - 5.1.2.4 conformidade das informações constantes nos rótulos, em observância à legislação sanitária vigente;
 - 5.1.2.5 condições de armazenamento e transporte;
 - 5.1.2.6 características sensoriais e físicas dos produtos, tais como cor, odor, textura, uniformidade e integridade;
 - 5.1.2.7 ausência de corpos estranhos, sujidades, umidade, vazamentos, mofos, fermentação ou quaisquer sinais de deterioração;
 - 5.1.2.8 conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.
 - 5.1.3 Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de consumo, obedecendo rigorosamente às normas sanitárias, de higiene e segurança alimentar vigentes, especialmente aquelas expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária e demais legislações aplicáveis.
 - 5.1.4 A contratada será responsável pelo transporte, carga, descarga e entrega dos gêneros alimentícios, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração Pública, devendo garantir que os produtos sejam acondicionados adequadamente, de forma a preservar sua qualidade e integridade até o recebimento definitivo.
 - 5.1.5 Constatadas irregularidades nos produtos entregues, tais como itens em desacordo com as especificações, com prazo de validade inadequado, embalagens violadas ou



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

produtos deteriorados, a contratada deverá promover a substituição no prazo máximo de até 05 (cinco) dias corridos, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.2 Instrumento de Medição de Resultado

5.2.1 O fornecimento dos gêneros alimentícios destinados à merenda escolar será acompanhado e avaliado pelos representantes do CONTRATANTE, por meio de fiscal devidamente designado, mediante relatório de acompanhamento das entregas realizadas, observando-se os quantitativos, a qualidade, as especificações dos produtos e os prazos estabelecidos no Termo de Referência. 5.2.2 O relatório do fiscal do contrato deverá conter a data da entrega, quantitativos recebidos, condições dos produtos, número de lote e prazo de validade, devendo ser atestado pelo fiscal titular ou substituto do contrato.

5.2.2 O relatório do fiscal do contrato deverá conter a data da entrega, os quantitativos recebidos, as condições de conservação, acondicionamento e transporte dos gêneros alimentícios, bem como informações referentes ao lote, prazo de validade e conformidade dos produtos com as especificações exigidas, devendo ser atestado pelo fiscal titular ou substituto do contrato.

5.2.3 Serão considerados como critérios de medição de resultado:

5.2.3.1 o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos;

5.2.3.2 a entrega integral dos itens solicitados nas quantidades contratadas;

5.2.3.3 a conformidade dos produtos com os padrões de qualidade, higiene sanitária e validade exigidos;

5.2.3.4 a adequada conservação e acondicionamento dos alimentos durante o transporte e entrega;

5.2.3.5 o atendimento às exigências da legislação sanitária vigente aplicável aos gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar.

5.2.4 As inconformidades, irregularidades ou descumprimentos contratuais identificados durante a execução do fornecimento deverão ser comunicados à CONTRATADA por meio de notificação formal, inclusive via correio eletrônico (e-mail), para adoção das providências cabíveis.

5.2.5 A CONTRATADA terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da notificação, para apresentar justificativas ou promover a substituição dos produtos recusados e/ou a regularização das inconformidades apontadas, cuja avaliação competirá aos fiscais do contrato.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. Todas as comunicações necessitam, em tempo razoável, de confirmação de recebimento postal ou eletrônico por parte da contratada.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 As medições para efeito do pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

7.2 Liquidação

7.2.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.2.1.1 o prazo de validade;
- 7.2.1.2 a data da emissão;
- 7.2.1.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.2.1.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 7.2.1.5 o valor a pagar; e
- 7.2.1.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

7.2.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.2.8 O prazo para liquidação será de 10 (dez) dias por força da lei.

7.3 Prazo do pagamento

7.3.1 Os pagamentos serão efetuados pelos serviços prestados, em até 10 (dez) dias, após a liquidação da Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos serviços, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação no certame licitatório;

7.3.2 Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

- 7.3.3** A Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena, poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;
- 7.3.4** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 7.3.5** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 Forma de pagamento

- 7.4.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.4.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.4.4** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na forma pregão eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de mediana global.

8.2 Exigências de habilitação

- 8.2.1** As Exigências de Habilitação: Jurídica; Fiscal; Social; Trabalhista; Qualificação Econômico-Financeira; e Qualificação Técnica, estão condicionadas aos artigos 62 a 69 da Lei nº. 14.133/2021.

8.3 Qualificação técnica

- 8.3.1** Apresentação de atestados de capacidade técnica, exclusivamente em nome do licitante, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de materiais permanentes compatíveis com o objeto deste instrumento.
- 8.3.2** Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando as informações ali contidas sujeitas a verificação de sua veracidade por parte da Administração.
- 8.3.3** Na ausência dos dados indicados, antecipa-se a diligência prevista no artigo 64 da Lei 14.133/2021 para que sejam encaminhados em conjunto os documentos comprobatórios de atendimentos, quais sejam cópias de contratos, notas de empenho, dentre outros.
- 8.3.4** Não há indicação de marca ou modelo para este objeto.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

- 8.3.5 Não há vedação de marca ou produto.
- 8.3.6 Os itens referentes à merenda escolar ofertados pela empresa vencedora serão submetidos à avaliação técnica pela Administração, por comissão designada ou servidor responsável, podendo tal análise ocorrer de forma on-line, mediante verificação de marca, fabricante, ficha técnica, composição, embalagem, registros, imagens e demais documentos do produto, a fim de confirmar o atendimento às especificações do edital, do termo de referência e às necessidades da alimentação escolar.
- 8.3.7 É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 5.992.883,20 (cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil, oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos.)**. Conforme na tabela do Item 1.2 desse Termo de Referência.
- 9.2 A pesquisa de preços para a presente contratação foi realizada mediante consulta direta a 03 (três) fornecedores do ramo pertinente ao objeto, em conformidade com o artigo 23, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a utilização de pesquisa direta com fornecedores para formação da estimativa de preços da contratação pública.

10 DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

- 10.1 Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:
 - 10.1.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;
 - 10.1.2 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.
- 10.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;
- 10.3 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;
- 10.4 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;
- 10.5 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e Educação Escolar Indígena e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;
- 10.6 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

11 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado;
- 11.3 Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 11.4 Pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste TR e ou Termo de Contrato;
- 11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber.

12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 12.1 Executar os serviços conforme especificações, qualidade e quantidade especificados neste TR e em sua proposta, com a alocação dos profissionais necessários ao perfeito cumprimento do objetivo do curso.
- 12.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.3 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.4 Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas, bem como pelos tributos que decorram direta ou indiretamente da prestação do serviço e pelas despesas com deslocamentos e alimentação do consultor;
- 12.5 Indicar nome e telefone de preposto para comunicação e notificação, bem como esclarecimento de dúvidas de quaisquer naturezas quanto ao curso;
- 12.6 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos;
- 12.7 Emitir fatura/nota fiscal relativa ao serviço prestado;
- 12.8 Prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho.

13 DAS SANÇÕES

- 13.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:
 - a. advertência verbal ou escrita.
 - b. multas.
 - c. declaração de inidoneidade e,
 - d. suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com a Lei 14.133/21 e alterações posteriores.
- 13.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.
- 13.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:
 - a. 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na execução dos serviços;
 - b. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do contrato.
 - c. 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

- d. suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira, por prazo não superior a dois anos;
- e. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- f. perda da garantia contratual, quando for o caso.
- 13.4 De qualquer sanção imposta, a CONTRATADA poderá, no prazo máximo de cinco dias, contados da intimação do ato, oferecer recurso ao CONTRATANTE, devidamente fundamentado.
- 13.5 As multas previstas no item anterior são independentes e serão aplicadas cumulativamente.
- 13.6 A multa definida na alínea “a”, “c”, será descontada de imediato dos pagamentos das parcelas devidas e a multa prevista na alínea “b” do mesmo item será descontada por ocasião do último pagamento.
- 13.7 A CONTRATADA não incorrerá na multa prevista na alínea “c” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade do CONTRATANTE.

14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.
- 14.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

NAT. DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo	UNID. ORÇAM: 02.07.00 – Secretaria Municipal de Educação AÇÕES: 12 361 0065 2025 0000 – Manutenção de Programa de Alimentação Escolar - Ensino Fundamental - PNAE
NAT. DESPESA: 3.3.90.30.00 Material de Consumo	UNID. ORÇAM: 02.07.00 – Secretaria Municipal de Educação AÇÕES: 12 361 0065 2026 0000 – Manutenção de Programa de Alimentação Escolar - Indígena - PNAE

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Município de São Gabriel da Cachoeira-AM, 15 de maio de 2026.

Equipe responsável pela elaboração do TR.

OSVALDO LOPES FONTES

Equipe de Planejamento de Contratação/SEMEDI
Portaria Nº 0013/2026/SEMEDI/PMSGC, 13 DE MAIO DE 2026



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI

De

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

acordo. Aprovo o Termo de Referência:

Nelson da Silva Thome
Secretário Municipal de Educação-SEMEDI
Decreto de 02 de janeiro de 2025

NELSON DA SILVA THOMÉ
Sec. Mun. Educ. e Educ. Esc. Ind./SEMEDI
Decreto de 02 de janeiro de 2025



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI
CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º /20__

Contrato celebrado entre o Município de SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para aquisição de bens na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou _____ a(o) entidade da Administração Indireta], a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo _____ [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], nomeado(o) pela Portaria n.º __, de __/__/20__, publicada às fls. __ do Diário Oficial de __/__/20__, e a pessoa jurídica _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n.º _____, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por _____ [representante da sociedade CONTRATADA], tendo em vista o que consta no Processo n.º _____, têm justo e acordado o presente CONTRATO PARA AQUISIÇÃO, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a aquisição de _____, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo I) e unidades abaixo discriminadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					

Parágrafo Único – O objeto do contrato será entregue/instalado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens,



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

elementos, condições gerais, e especiais contidos no processo administrativo n.º _____, no presente contrato, no Edital, no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de _____, contados do(a) _____, prorrogável ou alterável nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo Único – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for entregue no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR, FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O valor total da contratação é de R\$ _____ (por extenso).

Parágrafo Primeiro – No preço estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da aquisição do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento dos bens adquiridos. O(a) _____ [órgão ou entidade licitante] está desobrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula primeira não tenha sido regularmente entregue e aceito, devendo o CONTRATANTE comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, quando houver glosa parcial do objeto.

Parágrafo Terceiro – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

Parágrafo Quarto – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo Quinto – Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal n.º 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei n.º 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do documento de cobrança no(a) _____ [setor competente do órgão ou entidade CONTRATANTE].

Parágrafo Sexto – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

Parágrafo Sétimo – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

documento de cobrança toda a documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021 e demais documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Nono – No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice _____ de correção monetária.

Parágrafo Décimo – O CONTRATANTE efetuará, quando do pagamento, as retenções tributárias nos percentuais previstos na legislação vigente e aplicável ao objeto da contratação.

Parágrafo Décimo Primeiro – A CONTRATADA que comprovar, por meio da apresentação de documento oficial, ser optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime especial.

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE

O reajuste dos preços inicialmente contratados somente ocorrerá decorrido o prazo de ____ (por extenso) meses, contados de ____/____/____, data de apresentação do orçamento estimado, mediante a aplicação do índice _____.

Parágrafo Primeiro – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo acima estabelecido será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

Parágrafo Segundo – Não sendo possível aferir o índice de reajuste, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Parágrafo Terceiro – Caso o índice previsto neste contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor ou, no silêncio legislativo, por outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço dos objetos que, comprovadamente, forem entregues fora dos prazos estabelecidos no contrato.

CLÁUSULA QUINTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato deverão ser apreciados e respondidos formalmente pelo CONTRATANTE no prazo de até ____ (por extenso) dias, contados da data de apresentação do requerimento devidamente instruído com todos os documentos necessários à sua apreciação.

Parágrafo único – O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

Os bens

deverão ser entregues no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato.

Parágrafo Primeiro – O objeto contratado deverá ser entregue no endereço _____ [inserir local de entrega, horário e dias da semana de acordo com as características do órgão].

Parágrafo Segundo – O objeto contratado deverá ser entregue até _____ (por extenso) dias.

Parágrafo Terceiro – O recebimento provisório dos bens adquiridos será feito no local da entrega, no prazo máximo de _____ (por extenso) dias, a contar da data da entrega.

Parágrafo Quarto – O recebimento definitivo será realizado no prazo de até _____ (por extenso) dias da expedição do termo de recebimento provisório, mediante termo detalhado por meio do qual os agentes públicos designados para fiscalizar o contrato avaliem se os itens recebidos atendem a todas as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Quinto – Os bens poderão ser rejeitados pela CONTRATANTE, no todo ou em parte, se estiverem em discrepância com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, lavrando-se termo circunstanciado no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

Parágrafo Sexto – Os objetos recusados deverão ser substituídos pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo máximo de _____ (por extenso) dias da data de notificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na cláusula décima segunda.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA fica obrigada a cumprir todas as obrigações estabelecidas no Termo de Referência e, ainda, as a seguir elencadas:

I – Fornecer os bens de acordo com todas as especificações do Termo de Referência, em sua proposta, neste contrato e em eventuais anexos;

II – Entregar o objeto adquirido acompanhado de manual em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

III – Informar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de ____ (por extenso) dias que antecedem a data estabelecida para entrega dos bens, as justificativas que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto no Termo de Referência ou Contrato, juntando documentos que corroborem os fatos;

IV – Implementar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros porventura decorrentes do objeto deste contrato;

V – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas e



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA - SEMEDI

dentro
do

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

prazo determinado pelos fiscais, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, dos materiais empregados ou de danos ocorridos durante a entrega.

VI – Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas, ficando a fiscalização autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia contratual o valor correspondente aos danos suportados;

VII – Responsabilizar-se pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados em quantidade, qualidade e tecnologia estabelecidos no Termo de Referência e de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela fiscalização, assim como pela substituição dos materiais recusados, sem ônus para o CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – Manter, durante toda a vigência deste instrumento, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato;

IX – Responsabilizar-se pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – Manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XI – Não contratar, durante a vigência do contrato, pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

XII – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIII – Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

XIV – Responsabilizar-se pela alocação de empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os gêneros alimentícios, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados em quantidade, qualidade e tecnologia de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela fiscalização, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para o CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

São
obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar a fiscalização do objeto do contrato, exigindo o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II – Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

III – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

IV – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas contratualmente;

V – Aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato à CONTRATADA;

CLÁUSULA DÉCIMA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Eventos de caso fortuito ou de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do contrato. No entanto, sua ocorrência, sempre que tiver o condão de impedir o cumprimento das etapas e do prazo contratual, deverão ser oportunamente informados à fiscalização, sob pena de não aceitas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do contrato, o(a) _____
[órgão ou entidade] poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021:

(a) Advertência, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(b) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

(d) Multa, aplicada ao responsável por qualquer das infrações



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

administrativas previstas no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, podendo ser:

- (1) Moratória por atraso injustificado: ____% (____ por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ____ (por extenso) dias, prazo a partir do qual poderá o CONTRATANTE promover a rescisão do contrato;
- (2) Moratória por inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia: ____% (____ por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento);
- (3) Compensatória em razão do inadimplemento total do contrato: ____% (____ por cento) sobre o valor do contrato.

Parágrafo Primeiro – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Segundo – Todas as sanções previstas neste artigo poderão ser apostas cumulativamente com a multa, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral. No entanto, quaisquer delas somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de sua notificação.

Parágrafo Terceiro – As multas deverão ser recolhidas administrativamente no prazo de ____ (por extenso) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade.

Parágrafo Quarto – Em havendo inadimplemento, se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Parágrafo Quinto – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Sexto – Nos termos do art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021, a aplicação de penalidade deverá observar a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CONTRATANTE e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Sétimo – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

relação

de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo Oitavo – O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Parágrafo Nono – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECURSOS

Da penalidade aplicada, a CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da aplicação das penalidades de advertência, multa e/ou impedimento de licitar e contratar;
- (b) Recurso a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) Pedido de Reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

Extinguir-se-á o presente contrato quando forem cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado na Cláusula Sexta.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto, por ato unilateral do CONTRATANTE, por quaisquer dos motivos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, ambos mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado os art. 138 e 139 da mencionada Lei.

Parágrafo Segundo – A extinção operará seus efeitos a partir do termo fixado na decisão administrativa, que deverá ser publicada em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo Terceiro – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Quarto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Quinto – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial, hipótese em que este deverá avaliar se o SUBCONTRATADO atende aos requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Parágrafo Primeiro – Sendo autorizada a subcontratação, a CONTRATADA permanece integralmente responsável pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da SUBCONTRATADA, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Parágrafo Segundo – É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

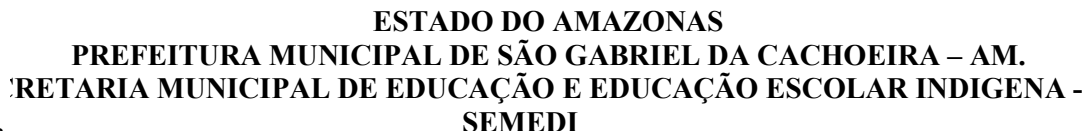
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços contratados correrão à conta do Programa de Trabalho ____, Código de Despesa ____, tendo sido empenhada a importância de R\$ ____ (por extenso), por meio da Nota de Empenho n.º _____.

Parágrafo Único – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Gabriel da Cachoeira do Estado do Amazonas para dirimir dúvidas e litígios decorrentes da execução do presente contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92,



§1º, da
Lei n.º

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

14.133/2021, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

Observação: A CONTRATANTE deverá avaliar a possibilidade de outros meios de resolução de controvérsias, conforme previsão contida no art. 151, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento, nos termos e condições previstas na Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) A contratação em apreço se reveste das prerrogativas previstas no art. 104 da Lei n.º 14.133/2021; e

b) Para fins de contagem dos prazos, fica estabelecido que:

I – será excluído o dia de início e incluído o do vencimento;

II – se iniciam e vencem apenas nos dias em que houver expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em ____ (por extenso) vias, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, de de

Agente Público competente do órgão ou entidade CONTRATANTE
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa CONTRATADA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha (Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha (Nome, cargo, matrícula e lotação)



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE LOGÍSTICA OPERACIONAL E EXEQUIBILIDADE

(Papel Timbrado da Empresa)

À

[Nome do Órgão Licitante / Comissão de Licitação]

Ref.: Pregão Eletrônico nº [Número do Edital]

A empresa [Nome da Empresa/Razão Social], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) [Nome do Representante], portador(a) do RG nº [Número] e CPF nº [Número], para fins de cumprimento do item 10 do edital em epígrafe, declara possuir plena estrutura e capacidade logística para atendimento na região Norte, conforme comprovado abaixo:

(Escolha e mantenha apenas a opção que sua empresa utilizará):

[OPÇÃO 1] – ESTRUTURA PRÓPRIA (Inciso I)

Declara que possui [Sede / Filial / Representação] instalada na região Norte, localizada no endereço: [Endereço Completo, Cidade, Estado], com infraestrutura administrativa e operacional apta ao atendimento imediato do objeto licitado.

[OPÇÃO 2] – OPERADOR LOGÍSTICO (Inciso II)

Declara que possui contrato vigente com o operador logístico regional [Nome do Operador/Empresa Parceira], CNPJ nº [00.000.000/0000-00], garantindo a capilaridade e entrega dos produtos/serviços nos locais designados. *(Anexar cópia do contrato ou declaração de parceria).*

[OPÇÃO 3] – TRANSPORTE FLUVIAL (Inciso III)

Declara total disponibilidade de transporte adequado via **modal fluvial** para a entrega do objeto, possuindo logística de embarque e desembarque compatível com as particularidades geográficas da região, garantindo a integridade da carga e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

DA EXEQUIBILIDADE REAL

A licitante afirma que a proposta de preços apresentada é plenamente exequível, tendo sido considerados todos os custos logísticos, tributários, de transporte e operacionais específicos para a região Norte, inexistindo riscos à execução contratual.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[Cidade - UF], [Dia] de [Mês] de [Ano]. []



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

[Assinatura do Representante Legal]

[Nome Completo]

[Cargo]



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA -
SEMEDI

CNPJ Nº 04.272.688/0001-10

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E ENTREGA

(Papel Timbrado da Empresa)

À

Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira/AM

Pregão Eletrônico nº / _

Processo Administrativo nº / _

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, DECLARA, para os devidos fins de participação no Pregão Eletrônico nº __/__, que dispõe ou disporá, até a assinatura do contrato ou emissão da ordem de fornecimento, de condições adequadas de armazenamento e entrega dos gêneros alimentícios objeto da presente licitação.

Declara, ainda, que se compromete a garantir a integridade, conservação, qualidade, validade, segurança sanitária e adequação dos produtos até sua destinação final, observando as normas aplicáveis ao armazenamento, acondicionamento, transporte e entrega de gêneros alimentícios, inclusive quanto aos produtos perecíveis, refrigerados ou congelados, quando houver.

A empresa declara estar ciente das peculiaridades logísticas do Município de São Gabriel da Cachoeira/AM, especialmente quanto à dependência de transporte fluvial, períodos de cheia, vazante e seca dos rios, bem como das dificuldades de acesso às comunidades urbanas, rurais, ribeirinhas, indígenas e demais localidades atendidas pela rede municipal de ensino.

Declara, por fim, que assume integral responsabilidade pela entrega dos produtos nos prazos, locais e condições estabelecidos no edital, Termo de Referência, contrato e ordens de fornecimento, respondendo por eventuais perdas, avarias, atrasos, deterioração, contaminação ou qualquer comprometimento da qualidade dos gêneros alimentícios decorrente de falhas no armazenamento, transporte ou entrega.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de _____.

[Assinatura do Representante Legal]

[Nome Completo]

[Cargo]